

**ATA Nº23**

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia um de setembro de dois mil e dezassete.** -----

-----No primeiro dia do mês de setembro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz e secretariado pelo senhor Victor Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 29/06/2017 e 20/07/2017;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 25 DE JUNHO A 25 de AGOSTO DE 2017 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAES DE AÇÃO EDUCATIVA PARA O ANO LETIVO 2017/2018 – CONCURSO PÚBLICO – ABERTURA DE PROCEDIMENTO.** -----

-----**Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Manangão, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Liliana Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Grave, Ana Paula Mourão Branco, Diana Marques Santos Cartaxo, Óscar Ferreira Pascoal, António Bastião e Jorge Pereira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar, Pedro Mantas e Carla Gouveia, eleitos na lista do PS. -----

-

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Cláudio Curto, em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Fernando José Silva Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão as senhoras Deputadas Maria Helena Marques, Maria da Graça Gadelho, Marco Aurélio, Maria Fernanda Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça, e Silvério Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Dulcília Sereno, senhora Maria do Céu Marques, o senhor João Domingues e a senhora Ana Maria Vasconcelos. -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 29 de junho e 20 de julho de 2017.** ----

----- O senhor Presidente da Mesa informou de que a ata de junho foi objeto de uma pequena alteração por sugestão do senhor Deputado Óscar Gaspar e do Presidente da Assembleia Municipal e passou a ter a redação final que se pode verificar sobre a marcação da Assembleia Extraordinária. De seguida submeteu a votação as atas das sessões realizadas no dia vinte e nove de junho e vinte de julho de dois mil e dezassete tendo as mesmas sido **aprovadas por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes nas respetivas sessões. ----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre vinte e nove de junho e um de setembro de dois mil e dezassete. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. O senhor Presidente fez referência a uma missiva remetida pelo senhor Deputado Óscar Gaspar onde este questionava se o Presidente da Assembleia quando anunciou na sessão de junho que iam haver duas sessões, uma sessão extraordinária em julho e outra ordinária no início de setembro, já tinha conhecimento prévio dos pontos que se referem à regularização em sede de Regime Extraordinário, ou seja, o processo do senhor Silvério Costa e o processo da carpintaria Arrais. Nessa altura não, o senhor Presidente não tinha conhecimento, só teve conhecimento posteriormente. Na altura o agendamento da sessão seria para se apreciar o pedido de parecer para a transmissão em vídeo das sessões da Assembleia Municipal, tendo explicado nesse momento porque é que não tinha vindo nessa sessão, e era para apreciar e aprovar a alteração ao Regulamento do PDM, relativo ao Regime Extraordinário. Este último era o ponto que havia sido retirado da ordem de trabalhos da sessão de junho. Essa sessão extraordinária seria agendada para estes dois pontos e para outros que a Câmara Municipal entende-se que poderiam ser incluídos na ordem de trabalhos, assim como o fez com os Regimes Extraordinários. Só depois da sessão de junho é que o senhor Presidente da Assembleia ficou a saber que existiam três hipóteses de processos de Regularização no Regime Extraordinário e contactou a Câmara Municipal para saber dos prazos que eram necessários para esse efeito. Por isso, é que a data concreta da sessão extraordinária de julho surge por força de dar prazo suficiente aos munícipes interessados, à Câmara Municipal e à Assembleia para aprovarem e depois, sim, ainda ir a tempo

de ser remetido para a entidade coordenadora, que neste caso se tornou mais fácil por ser, apenas e tão só, a Câmara Municipal. -----

**.----- C- Justificação de faltas. -----**

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelas senhoras Deputadas Ana Paula Mourão e Carla Gouveia à sessão extraordinária de vinte de julho e às senhoras Deputadas Maria Helena Marques, Maria da Graça Gadelho e ao senhor Deputado Marco Aurélio à sessão de hoje. -----

**----- D – Período “antes da ordem de trabalhos”: -----**

----- O senhor Deputado António Bastião pediu e usou da palavra e questionou o senhor Presidente relativamente aos eixos estruturantes no sentido de saber porque é que Vagos não tem, ainda, uma circular externa à vila e porque é que a Zona Industrial de Vagos não têm ligação à A25 e o nó do Parque Empresarial de Soza e o nó de Santo André à A17. Em relação aos armazéns municipais, que eram para estar construídos em Santo André, foi referido na sessão de vinte e sete de abril, pelo senhor Presidente da Câmara, que o projeto estava a ser concluído e que por causa do volume de investimento tinha de ir à Reunião de Câmara para ser aprovado e de seguida ia ser adjudicada a empreitada. Na altura foi referido que estavam reunidas todas as condições para se começar a construção dos armazéns municipais em maio ou junho mas até a data tal não se verificou. O senhor Deputado quer saber o que é que correu mal. ----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Jorge Pereira para saber como é que está a situação do Colégio de Calvão, uma vez que se está a iniciar o ano letivo, depois da alteração das formas de financiamento do ensino particular e cooperativo que já não é um assunto novo nesta Assembleia Municipal. Pelo menos desde dois mil e onze, altura em que se aprovou um voto solidário e mais recentemente, no ano passado, foram apresentadas aqui nesta Assembleia uma Moção dos Grupos Municipais do CDS e do PSD em defesa do Colégio e que foram enviadas, por carta, ao Presidente da República. A questão é preocupante e o que se quer saber, e todos os grupos municipais se têm mostrado solidários com esta questão, era se, efetivamente, no terreno, a Câmara Municipal já teve alguma reunião com alguém do Ministério da Educação ou algum Secretário de Estado para tentar perceber qual é o caminho para o Colégio. Todos sabem que o Colégio de Calvão é uma instituição basilar no concelho de Vagos e ainda hoje se leu nos jornais a questão dos despedimentos, porque com menos turmas são necessários menos professores e menos pessoal não docente. O que se falou foi entre dez a treze professores mais cinco funcionários e, portanto, o que se pretende saber é se já houve alguma tentativa concreta, por parte da Câmara Municipal, de tentar resolver esta situação a outro nível. O senhor Deputado referiu ainda que o Grupo Municipal do CDS quis aqui deixar uma palavra de apressado e de respeito aos órgãos diretivos, ao pessoal docente e não docente do Colégio de Calvão quando aceitaram recentemente descer os seus vencimentos colocando o superior interesse da instituição, e

principalmente dos alunos e conseqüentemente de toda a população, à frente dos seus próprios interesses pessoais. -----

----- A senhora Deputada Carla Gouveia usou da palavra para falar sobre o “*alcatrão eleitoral*” e sobre este assunto referiu que as coisas devem ser feitas porque tem de ser feitas e nas alturas certas, quando são precisas, e não quando há eleições. As coisas devem ser feitas quando há necessidade e a necessidade tem anos de existência. A questão aqui é a qualidade do alcatrão que se colocou, porque em alguns sítios a camada é tão fina, fez-se tudo tão à pressa e de forma tão pouco planeada que a vegetação só precisou de pouco mais de uma semana para romper o tapete tão fino que se colocou. Em segundo lugar falou sobre o Conselho Municipal de Educação desfaleceu, parece que está morto, não tem vivacidade. Numa das poucas reuniões que houve foi proposto um fim-de-semana jovem, com um planeamento bastante bom e interessante. Dentro do Conselho Municipal da Juventude foi possível planeá-lo e calendarizá-lo no entanto não foi para a frente e a senhora Deputada tem bastante pena e espera que num próximo mandato, seja qual for o resultado, este órgão seja mais dignificado e o eleve à sua verdadeira importância. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado José Martins e referiu que ao longo de quatro anos, aqui nesta Assembleia, expressou muitas vezes algumas dificuldades e necessidades da população do concelho de Vagos e uma das suas preocupações, que continua bem viva, é o facto da Extensão de Saúde de Soza estar limitada nas suas capacidades. Neste sentido gostaria de saber se há algum desenvolvimento, porque a população da Freguesia de Soza precisa e deve ser atendida dentro do melhor. Outra situação que referiu prende-se com o balanço da época balnear e gostaria de ouvir o que é que o senhor Presidente tem a dizer sobre este assunto e sobre o que se passou em termos de segurança, de condições e das atividades desenvolvidas na Praia da Vagueira durante este período. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra para colocar duas questões, uma mais específica outra mais ampla. Quanto há específica há uns meses atrás, no final do ano passado, apreciou-se aqui o projeto da demolição do Centro de Saúde de Vagos e compreendeu-se, na altura, o argumento da urgência e quer na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal perguntou-se o que iria acontecer naquele espaço. Tanto quanto se recorda, e percebeu, não foi dada resposta e a pergunta mantém-se, passado este tempo todo. Quando se passa no local percebe-se que foram lá colocados uns bancos e luminárias específicas, diferentes das que estão na Quinta do Ega o que se supõe não haver nenhuma ligação entre um espaço e outro. E, portanto, a pergunta é o que é que lá se gastou para além de demolição, o que é que lá se fez e o que é que é suposto fazer? O espaço continua de acesso proibido mas, tanto quanto se percebe, tirando o facto de a relva estar a crescer, aquela intervenção nesta fase está concluída e o senhor Deputado quer perceber para que é que serve aquela área. Depois, não se pode esquecer que esta é a última Assembleia Municipal dos atuais mandatos autárquicos e de forma muito breve o senhor Deputado considera importante ter aqui uma palavra para o que aconteceu e o que se espera que aconteça. Numa análise brevíssima, ao senhor Deputado pareceu-lhe que estes foram quatro anos em que o concelho se manteve adiado, em que não houve basicamente grandes

projetos de desenvolvimento e em que a Assembleia Municipal acabou por não conseguir contribuir como deveria para o futuro de Vagos. Por ventura porque o nível de participação interno na Assembleia Municipal ficou aquém daquilo que seria desejável, porque também a ligação com os eleitores e aquilo que se quis transmitir e fazer transparecer das discussões não foi suficiente para que se sentissem interpelados do seu papel de Autarcas. E isto, talvez, porque em Vagos ainda não há a tal cultura de política em que se percebe que os membros da Assembleia Municipal não deverão ser muletas do Executivo Camarário e sim catalisadores do desenvolvimento do concelho. O voto do senhor Deputado é que no próximo mandato autárquico as pessoas que cá estiverem possam, de facto, contribuir mais com as suas ideias, com as suas críticas, com os seus desafios para o Executivo Municipal no sentido de sentir que estão todos a cumprir plenamente aquilo que é a sua obrigação de representantes dos vaguenses e cumprir aquilo que está previsto na lei para as funções dos diversos órgãos. -----

----- O senhor Deputado Mário Castelhana usou da palavra e referiu que se chegou ao fim do mandato e é hora de fazer um balanço. O que se verifica *“é que ainda há muito por fazer e ao fim de um mandato de quatro anos são mais quatro anos de atraso em relação aos demais que nos rodeiam e queria dizer-vos que isto é da minha convicção aquilo que vos vou transmitir. Não me interessa nesta altura abordar tanto essas obras que estão para fazer ou que não foram feitas. A mim, deu-me oportunidade estes quatro anos, de analisar sobretudo algum comportamento com o qual eu nunca comunguei nem nunca comungarei e assim entendo que vos devo transmitir aqui aquilo que é minha convicção, porque o senhor Presidente não resolveu os problemas velhos, asfixiantes e de maior obstáculo ao nosso desenvolvimento que é o endividamento e a falta de visão estratégica para o desenvolvimento sustentável do nosso Município. Tudo o que anunciou o senhor Presidente falhou, ou quase tudo, vejamos só alguns exemplos, e só me preocupou arranjar doze porque deixo os outros doze e mais doze para considerações: Ligação Nó Santo André ZIV; circulares à vila; ligação PES ZIV; Ligação ZIV A25 Porto de Aveiro; ligação Rines Sanchequias; armazéns; Centro Cultural de Vagos; Canal de Mira e Boco, embora estas sejam obras da POLIS mas mesmo aqui acho que deveria haver poder negociável que o nosso representante exercesse de uma forma bem vincada como nós vimos os outros fazê-lo como Ílhavo, Aveiro e os outros Municípios associados à POLIS Litoral Ria de Aveiro. Continuando: o Posto de Turismo em Vagos; o Roteiro de Igrejas; a construção do Parque do Brincar complementar ao Museu; os tais ditos cursos superiores para o concelho, que era uma coisa que tinha de ver com as instituições de Ensino Superior; o incentivo à natalidade, etc.. A vaidade foi tanta, as promessas foram tantas e o que é que resta? Uma mão cheia de nada. Esta é que é a verdade. Em nada cumpriu o slogan da sua campanha: a verdade, a transparência e o rigor. E o que é que nos deixa agora, nesta altura? É minha convicção no ambiente que nós vivemos assistimos pelo menos em algumas situações, no nosso concelho, é um ambiente, que a mim me custa muito dizer isto, de promiscuidade, de clientelismo, de tráfico de influências de merceerismo em vez de gestão. Por isso, e já agora aproveito também esta ocasião senhor Presidente para o informar, bem como toda a Assembleia que o CDS irá junto das autoridades competentes solicitar*

*uma sindicância às contas e aos procedimentos deste executivo, ainda dentro deste mandato. Isto, porque o senhor Presidente da Câmara demonstrou ao longo destes quatro anos um comportamento de manifesta dificuldade em pôr em prática a legalidade, a transparência, o rigor e a verdade. Demonstrou, inclusivamente, uma fraca interiorização dos seus deveres enquanto eleito local e responsável máximo, portanto, representante máximo do nosso Município e em alguns casos até uma ligeireza no exercício do cargo, isto é, pouco sentido de responsabilidade e de ética em muitos e na maioria dos casos não esteve próximo dos vaguenses, nem está. Quando não reconhece direitos políticos e de cidadania não está próximo dos vaguenses, não esteve nem está. Quando tem práticas antidemocráticas, quando é alérgico à transparência e tendo a narrativa como o Rei-Sol l'état c'est moi não está certamente próximo dos cidadãos nem da democracia tão pouco. Portanto, isso sim é um slogan de anti proximidade. O senhor contribuiu, e contribui todos os dias, para aquilo que define a maioria dos nossos políticos e que nós CDS não vamos contribuir para isso quando o povo diz que são uns embusteiros, mentirosos, merceeiros da política, egoístas, etc..O senhor não pode contar com o CDS assim como não contou desde o início também não vão contar nunca com o CDS para esse tipo de ambiente imundo. Os tempos estão em mudança, nós também como cidadão também acreditamos num mundo melhor, num concelho melhor para todos e não só para alguns. As oportunidades que se criam num Município têm de ser para todos. Esse mundo melhor exige outro tipo de comportamento. Antes de terminar queria desejar a todos os candidatos boa sorte e aos outros que vão sair, como é o meu caso, também boa sorte e felicidades. Nós vamo-nos encontrar por aí. Mas antes de terminar senhor Presidente, e porque fala tanto em viagens e mais uma vez, talvez pela última também, e em nome do seu slogan verdade e transparência queria pedir ao senhor Presidente da Câmara que nos informasse aqui quantas viagens fez ao estrangeiro e quanto custou ao Município. Já nem lhe pergunto pelo retorno dessas viagens.” -----*

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à ligação à A25 ela já existe, não existe é como todos querem que ela esteja, mas já é possível desde alguns anos, 2009/2010, quando foi aberta uma estrada junto ao Parque de Campismo com ligação direta à Zona Industrial da Mota. O projeto que existe, e já há projeto de execução, está apenas a aguardar as fontes de financiamento para pagar este tipo de investimentos e, por isso, há-de ser executado quando o Município tiver capacidade financeira para isso. Neste momento, deu-se prioridade a obra Rines/Sanchequias e vai à próxima Reunião de Câmara a aprovação do contrato ficando a restar o visto do Tribunal de Contas. Quanto à questão dos Armazéns Municipais o senhor Presidente não se recorda de ter dito que as obras começariam em maio/junho deste ano. Como se sabe havia um procedimento para requalificar os Armazéns Municipais no sítio onde eles estão, houve aquelas alterações o que obrigou a pegar-se no assunto quase como de início o projeto. Desde que foi aprovada aqui a venda dos Armazéns atuais ao Lidl não houve hipótese nem tempo de pôr a obra em execução. O projeto está concluído, as especialidades estão em aprovação, depois é só seguir os trâmites normais. Relativamente à questão do Colégio de Calvão desde que se aprovou na Assembleia as Moções houve alguns

desenvolvimentos, ou seja, o senhor Presidente reuniu com a senhora Secretária de Estado da Educação onde colocou a situação daquele estabelecimento de ensino e em termos práticos as visões sobre o assunto são diferentes. O senhor Presidente convidou a senhora Secretária de Estado da Educação a visitar o Colégio de Calvão num ambiente informal, por exemplo a um sábado, para que ela possa ver com os seus próprios olhos o trabalho que aqui foi feito e a motivação e a razão de existir do Colégio mas até hoje ainda não foi possível agendar esta visita. Talvez depois do início do ano letivo 2017/2018 haja mais disponibilidade por parte da senhora Secretária de Estado para aceitar o convite. Entretanto, o senhor Presidente tem solicitado algumas reuniões, até para se falar de uma outra questão relativa à educação no concelho de Vagos, mas continua a aguardar. A situação do Colégio, obviamente, é preocupante porque sem Colégio o concelho de Vagos, do ponto de vista da educação, não pode funcionar de forma normal. É fundamental a existência do Colégio na rede escolar do concelho, até porque este sempre prestou um serviço público na educação, embora com contrato de Associação mas evitou que o Estado investisse no sul do concelho porque se não existir o Colégio terá de existir outra escola. Mesmo o próprio Governo já percebeu que isso terá de ser assim, portanto, quer este executivo quer o próximo que venha terá de estar sempre atento e sempre junto do Colégio nestas lutas embora quem tem a *faca e o queijo na mão* é sempre o Ministério da Educação e o Governo. Todas as medidas tomadas do Colégio a Câmara Municipal tem feito acompanhamento permanente, quer com a Direção do Colégio quer com a Diocese. Tem sido visível o empenho com que a Direção do Colégio e a Diocese têm tratado este assunto e, portanto, todos os cenários, neste momento, possíveis são colocados em cima da mesa. Como se sabe o Colégio é propriedade da Diocese e todas as questões têm de passar pelo senhor Bispo e pelo Conselho Económico Diocesano com quem se tem falado de forma muito frequente. O senhor Presidente gostava, e isso irá ser inevitavelmente o futuro, que o Colégio continue a fazer parte da rede pública porque se justifica e porque, de outra maneira, não há onde colocar as crianças e os jovens que frequentam, neste momento, aquele estabelecimento de ensino. Portanto, ao que estiver ao alcance da Câmara Municipal será feito esse trabalho de forma premente. Quanto à questão do *"alcatrão eleitoral"* este procedimento de alcatroamentos começou no dia trinta de maio. É verdade que as estradas para alcatroar eram muitas e esse processo tem-se vindo a desenvolver e a desenrolar. Por vezes a empresa também tem outros trabalhos para fazer e dentro dos prazos que tem para cumprir pode fazer essa gestão, porque por vontade do Executivo já deveria estar tudo concluído. Depois, o que se tem feito é aproveitar o facto das obras da AdRA, que estão a decorrer na Freguesia de Soza, e fazer algumas outras em parceria. Esta é uma situação lógica e deve ser algo que se deve aproveitar quando se tem a oportunidade de resolver os problemas das infraestruturas rodoviárias e daquelas que estão por baixo das infraestruturas rodoviárias. Relativamente à questão do Conselho Municipal da Juventude o senhor Presidente partilha exatamente das mesmas mágoas da senhora Deputada Carla Gouveia que sabe muito bem que se tentou sempre dinamizar. Terá de se encontrar forma de atrair mais os jovens para esta problemática do Conselho Municipal da Juventude porque a Carla foi sempre um elemento assíduo

nas reuniões, quer nas formais quer nas informais, mas o mesmo já não se verificou com outros representantes. A adesão que havia era muito baixa e ter-se-á de arranjar uma forma de procurar no futuro incentivar à participação dos jovens. Obviamente contar-se-á com aqueles que estiverem por boa vontade. Essa implementação do Conselho Municipal da Juventude para o PS e para o PSD foi uma bandeira que se quis levar bem alto e implementar e, portanto, é um órgão que deve ser bem estimado e incentivar a que de facto ele funcione. Quanto à época balnear o balanço é positivo. Infelizmente há um aspeto que não se pode controlar que são as condições climatéricas, que podiam ter estado um pouco melhores, mas ainda assim, por força de uma dinâmica própria que a praia da Vagueira já tem, foi muito bom. Do ponto de vista da segurança foi uma época balnear perfeita, houve alguns incidentes mas nada de especialmente anormal. Do ponto de vista da animação o balanço também foi muito positivo, a dinâmica que foi prevista para a praia da Vagueira, praia do Labrego e praia do Areão correu muito bem. A nível dos transportes para as praias, tal como no ano passado, teve uma afluência muito positiva. Em relação ao posto médico de Soza o que existe são contactos permanentes com o diretor do ACeS. Neste momento a situação está na mesma, apesar de ser intenção do ACeS integrar o posto médico de Soza na Unidade de Saúde Familiar de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Vagos, isto para resolver alguns problemas de articulação que existia. Esta situação ainda não é efetiva, o diretor do ACeS está a ver quais as possibilidades de colocar mais um médico aqui na zona de Vagos para que depois possa ser incluído na USF e com isso integrar o posto médico de Soza na USF de Vagos. Assim que houver mais novidades o senhor Presidente será informado porque está não é ainda uma informação final e, portanto, está-se a aguardar. O diretor do ACeS diz que durante o mês de setembro diria alguma novidade mais sobre o assunto resta aguardar pelo *feedback*. Relativamente à questão da demolição do Centro de Saúde o senhor Presidente da Câmara tem ideia de na altura ter referido o que é que estava pensado para aquele espaço. O objetivo principal era a demolição e depois requalificar o espaço numa intervenção muito ligeira. A urgência da demolição tinha como objetivo conseguir uma parte da obra concluída até trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis para se poder concorrer ao Acelerador das Áreas de Regeneração Urbana e com isso conseguiu-se obter um financiamento de perto de cento e noventa mil euros. Entretanto, o Governo e o Programa Operacional acabaram por adiar a data limite de trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis para vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezassete. Não sendo as duas intervenções iguais, nem pelo tom nem pela forma nem pelo conteúdo, o senhor Presidente aproveitou para fazer um balanço final e responder às questões levantadas pelo senhor Deputado Mário Castelhana, não respondendo, como é óbvio, às ofensas. As atitudes de cada um ficam com quem as tem e o senhor Presidente sempre procurou ser alguém que nesta Assembleia respeitava as diferentes ideias e, por isso, não vai entrar aqui numa política mais baixa como por diversas vezes foi ofendido nomeadamente pelo senhor Deputado Mário Castelhana. Ainda hoje com promiscuidade e tráfico de influências, ofensas graves mas como não ofende quem quer ofende quem pode e isso o senhor Mário Castelhana não consegue porque o senhor Presidente não se sente ofendido com o que disse. E fazendo um balanço dos quatro anos é evidente que não se fez tudo bem, e o senhor Presidente já



o referiu por diversas vezes, nem tudo o que gostaria de se ter feito. O senhor Deputado Mário Castelhana pegou no programa eleitoral do PSD de há quatro anos e referiu, de facto, as obras que ainda não estão concluídas. Cerca de oitenta por cento das medidas que aqui estão sugeridas foram cumpridas. O senhor Deputado Mário Castelhana não falou, por exemplo, dos sintéticos que foi uma medida que o PSD quis implementar e que não teve a contribuição de todos os partidos da oposição. Outra curiosidade que referiu do discurso do senhor Deputado Mário Castelhana refere-se às obras executadas, ou seja, as obras da POLIS não são da Câmara Municipal, portanto, quando corre bem o mérito é da POLIS quando não corre bem demérito é da câmara Municipal. Repare-se na incongruência deste discurso. As obras da POLIS não sendo o dono de obra a Câmara Municipal ao contrário de outras onde o dono de obra é a Câmara Municipal e o CDS não reconhece como tal. Mas as obras da POLIS não sendo tituladas pelo Município tiveram, obviamente, uma contribuição financeira e que das obras todas que foram feitas no Município, e foram várias, e que custaram cerca de seiscentos mil euros. Destes projetos todos que estavam inseridos no Programa POLIS o único que ainda não arrancou o Desassoreamento da Ria de Aveiro apesar de ter sido intenção da POLIS arrancar já as obras no Canal de Mira. As obras no Canal de Mira não avançaram porque aquilo que a POLIS propôs ao Município não podia ser aceite pelo Município, ou seja, havia dois cenários para o desassoreamento: cenário um onde o desassoreamento era maior; cenário dois onde o desassoreamento era muito menor. Aquilo que a POLIS queria fazer no Canal de Mira era fazer o cenário um até à Ponte da Vagueira e fazer o cenário dois da ponte da Vagueira até à ponte do Areão. Isso significava que em vez de dragar cerca de trezentos e cinquenta mil metros cúbicos de areia a POLIS passaria a dragar cerca de quarenta mil metros cúbicos de areia. O Município não aceitou esta condição e, portanto, impediu que a obra avançasse. Esta já tinha sido uma posição do Município no final do mandato anterior num ofício que foi remetido ainda pelo Presidente da Câmara da altura, Rui Cruz, dizendo que o que o Município queria era o cenário um. Esta foi a razão porque a obra ainda não ter começado, apesar de ser objetivo do atual Ministro. Quando o senhor Ministro chegou ao Governo o montante para a obra de desassoreamento da Ria de Aveiro era de sete milhões de euros e o senhor Ministro passou essa verba para vinte e três milhões de euros. O senhor Ministro queria muito que essa obra começasse e ela não começou também pela intervenção do Município de Vagos. Quanto ao balanço que o senhor Presidente faz destes quatro anos, e do ponto de vista genérico, dizem os senhores Deputados que o concelho se encontra adiado, não se resolveram problemas velhos e que a dívida se mantém na mesma. Por acaso há mais uma frase aqui que o senhor Deputado Mário Castelhana podia ter citado e que é a redução da dívida de mais de cinco milhões de euros até dois mil e dezassete que foi integralmente conseguida e até ultrapassada. Aliás é só ler os relatórios dos revisores oficiais de contas a quem o senhor Deputado Mário Castelhana não passa qualquer tipo de confiança porque diz que as contas estão todas mal e vai pedir uma sindicância, quer os senhores revisores que as diversas inspeções que a Câmara Municipal tem tido nos últimos anos não têm qualquer importância e o que vale é agora, porque se está na altura certa para suscitar essas questões, o anúncio feito “ *com poupa e circunstância*” de uma

sindicância às contas do Município. Mas, referiram que os velhos problemas não foram resolvidos. A Câmara Municipal vai chegar ao fim deste ano com um endividamento de cerca de onze milhões e meio de euros, com capacidade de endividamento, está a ser resolvido o processo da Ria Vagos e a pagar, está muito próximo, porque houve ainda mais um recurso, o término do processo do Parque de Campismo, onde era pedida uma indemnização de cinco milhões de euros à autarquia. A Câmara Municipal tem vindo a ganhar todas as fases do processo até agora. Entretanto, foi pedido um recurso para a revisão extraordinária da sentença, que segundo ilustres juristas é só um mero moratório, porque é muito difícil que uma sentença que tem tido este tipo de unanimidade seja alterada neste recurso. É um concelho que hoje tem mais empresas, as empresas hoje faturam mais, exportam mais, tem mais investimento no turismo, mais investimento público. Na cultura tem uma biblioteca, investiu-se na Filarmónica Vaguense. Há mais investimento no Desporto. Hoje está-se a disputar Campeonatos Nacionais de Atletismo com a cidade de Lisboa. Sobretudo tem-se um concelho com menos desemprego do que se tinha à quatro anos, apesar de à quatro anos já estar bastante a baixo da média nacional. Portanto, se isto é um concelho parado, se isto é um concelho sem dinâmica, então, os senhores membros dos sucessivos Governos das várias forças partidárias que estão nesta Assembleia, desde o CDS, ao PS até ao PSD, que visitam o concelho e quiseram mostrar no concelho coisa boas e mensagens positivas para o país deviam estar todos enganados. Se só agora o senhor Deputado Mário Castelhana decidiu pedir uma sindicância às contas da Câmara Municipal é caso para perguntar o que é que esteve a fazer estes quatro anos nesta Assembleia Municipal, porque se isto estava tão mau e só agora se lembrou, na última Assembleia, de pedir uma sindicância é porque não esteve aqui a fazer nada e talvez por isso não irá continuar por cá. Por fim, agradeceu a compreensão de todos neste discurso, que será de despedida desta Assembleia Municipal, e agradecer o espírito construtivo que na maioria dos casos foi aqui tido ao longo destes quatro anos. -----

-----  
----- O senhor Deputado Mário Castelhana voltou a usar da palavra para dizer que o senhor Presidente não lhe respondeu a uma questão. A última que colocou. Entretanto, referiu também que *“afinal das contas o reforço do Cordão Dunar e as obras da tal POLIS já começaram em vinte e quatro de agosto em Mira e informou de que 70% dessas obras vão para o vaguense de Mira e depois saem de lá e vão para Ílhavo e depois é que vêm para Vagos. Portanto, estão a ver o que é que nos vai calhar aqui. E nós o que gostaríamos senhor Presidente é que o Canal de Mira se transformasse, rapidamente, num meio que fosse utilizável, que fosse um reforço para nós para que pudéssemos desenvolver o dito turismo e que não andássemos cá só com slogans a dizer que é mais investimento, que é mais turismo, que é mais isto mais aquilo. Afinal das contas o Canal de Mira continua por tratar o Canal do Boco continua por tratar e isso é que a nós nos incomoda. E depois, o senhor entende isto como uma agressão, uma coisa qualquer e eu utilizo isto como o princípio da reciprocidade, que é a coisa mais justa, mais transparente, mais pedagógica, que até podemos utilizar na comunicação uns com os outros. Isto é o princípio da reciprocidade. O senhor esqueceu-se como tratou aqui o pessoal e o povo vaguense, o senhor esqueceu-se logo de início.*

*O senhor provavelmente tem fraca memória. Eu queria que o senhor Presidente me respondesse às perguntas, quantas viagens é que fez e quanto é que custou ao Município, e já nem quero que me diga se tem retorno ou não.* -----

----- O senhor Presidente voltou a usar da palavra e respondeu que não sabe exatamente quantas viagens fez neste mandato mas todas elas foram envoltas em projetos ou comunitários, ou no caso concreto da viagem à China que foi a convite do Governo Chinês, e foi tudo partilhado com os senhores Vereadores na Câmara Municipal, o convite foi feito via Embaixada da China. As viagens a Bruxelas foram todas incluídas em projetos comunitários em que Vagos está envolvido, como o Pacto de Autarcas aqui aprovado nesta Assembleia. O retorno é difícil de medir mas pelo menos o facto do Município de Vagos entrar como um exemplo positivo por essa Europa fora é muito bom para todos os vaguenses. Quando as perguntas são feitas de forma correta devem ser respondidas de forma correta e esse é exatamente o princípio da reciprocidade. -----

----- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra e esclareceu um equívoco, isto é, as obras de Requalificação do Cordão Dunar foram efetuadas e há mais de um ano, e foram efetuadas em vários pontos da Costa. -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu para voltar usar da palavra para esclarecer essa questão melhor. Porque o senhor Deputado Mário Castelhana mistura tudo e é isso que causa equívocos e confusões. O que falou refere-se à 3ª fase do Reforço do Cordão Dunar, houve duas antes e foram no concelho de Vagos. A 3ª fase que também tem intervenções no concelho, nomeadamente a sul do concelho da Vagueira, no Esporão, e a sul da praia do Areão. Mas, obviamente, que não se ia iniciar as obras em plena época balnear e sim no fim, depois do dez de setembro, as obras no concelho de Vagos começarão e iniciarão aquelas que foram interrompidas, a norte do Canto da Sereia, que são da autoria da Agência Portuguesa do Ambiente. Essas obras que foram interrompidas durante a época balnear recomeçarão após o dia dez de setembro, assim como a 3ª fase do Reforço do Cordão Dunar. Para já o que começou foi o transporte de areias para a praia de Mira que teve de obter autorização do Presidente da Câmara Municipal de Vagos para passar em território vaguense. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início ao período da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 25 DE JUNHO A 25 DE AGOSTO DE 2017 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O documento com a informação relativa a este ponto foi enviado antecipadamente aos senhores Deputados. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra para fazer referencia a alguns pontos relativamente à parte da execução orçamental e ao endividamento da Câmara Municipal. A Informação que foi passada aos membros da Assembleia Municipal relativamente à dívida total foca mais a questão dos fornecedores e as dívidas a fornecedores e a empreiteiros e não

demonstra aqui outras rúbricas. O que se nota aqui, principalmente na parte da execução orçamental, é que há aqui uma prática de gestão que é recorrente deste executivo que é um mapa que é apresentado em setembro e onde apresenta apenas 49% da execução da receita e 44% da despesa. Portanto, faltam três meses para o final do ano e vai-se com 49% de execução da receita e 44% da despesa, o que quer dizer que se terá de executar os outros 50% que não foram feitos em nove meses. Relativamente à dívida é referido no documento que a dívida total a fornecedores desde o último trimestre subiu perto de setenta e sete mil euros e a empreiteiros subiu praticamente oitenta e cinco mil euros. De há um ano para cá a fornecedores devem-se quase mais duzentos e dezasseis mil euros. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Óscar Gaspar para relevar o que o senhor Presidente da Câmara entende como os três principais destaques deste período: as marchas na Vagueira, o facto do Município de Vagos ter feito parte de uma *short list* de Municípios e o cartaz de verão da Vagueira. O senhor Deputado considera que isto diz um bocadinho da ambição e da visão que o Presidente da Câmara e que a Câmara tem sobre aquilo que é a atividade do Município e da Câmara. Em relação a questões mais concretas e ao facto de Vagos ter sido nomeado para um prémio promovido pela Universidade de Braga o senhor Deputado nunca tinha ouvido falar deste prémio o que o obrigou a ir ao *site* ver o ponto de situação e, entretanto, percebeu que já tinham sido atribuídos os prémios. Por ventura, por lapso o senhor Presidente não colocou nesta informação quem é que ganhou na categoria em que Vagos concorreu. De qualquer maneira é preferível ter sido nomeado a não o ser, como é óbvio. Uma segunda questão prende-se com a execução financeira e conforme o senhor Deputado do CDS referiu é muito relevante o facto da execução da despesa ter ficado nos 44% nos primeiros oito meses do ano, até dia vinte e cinco de agosto, ou seja, se tivesse uma execução linear mensuralizada da despesa ter-se-ia de ter executado qualquer coisa como dois terços da despesa, estando 34% a baixo. Isto não é novo para ninguém, porque todos sabem que o orçamento tal como foi aprovado não era real pois foram orçamentadas uma série de atividades que nunca estiveram em causa serem executadas e só serviam para o executivo dizer na altura que estava preocupado com essas questões, mas nunca estiveram para serem executadas e obviamente nunca serão executadas este ano. Entretanto, pediu um esclarecimento de circunstância, ou seja, em relação aos mapas dos processos judiciais o primeiro processo que consta na página dez não refere a contraparte, ao contrário dos outros, e por isso não se percebe com quem é que o Município de Vagos está a litigar. É muito relevante, embora seja uma curtíssima frase neste relatório, o facto de ter sido limpo o espaço da antiga Martins & Rebelo, e por isso o senhor Deputado louvou a Câmara Municipal. O espaço tal como estava era uma vergonha para todos. Era um problema que podia ser de saúde pública mas era também ambiental e independentemente de quem fosse a responsabilidade e de quem era a competência a Câmara Municipal fez muito bem em ter desmatado aquele espaço e ter colocado alguma ordem naquele local. Depois, uma última questão prende-se com os Fundos Comunitários. Refere na página trinta e oito que a Comissão Diretiva do 2020 aprovou uma candidatura que tinha sido apresentada. O senhor Deputado ficou um pouco surpreendido porque se está a falar de um

investimento de quase três milhões de euros mas não foi objeto de nenhum destaque por parte do senhor Presidente, nem em termos orais nem na informação que fez chegar aos membros da Assembleia Municipal. Assim sendo, o senhor Deputado supõe que não seja suficientemente relevante e não percebeu exatamente porque é que esta decisão do 2020 não é relevante para a Câmara Municipal. Verifica-se aqui que face a uma contribuição do FEDER que estava para vir no valor de dois milhões e seiscentos mil e pelos vistos o que foi aprovado foi um milhão e quinhentos mil, portanto, há menos um milhão de euros do que aquilo que estava previsto. De qualquer maneira, ainda assim, há uma obra que terá um financiamento de um milhão quinhentos e sessenta e cinco mil euros será sempre uma obra muito importante para Vagos. A pergunta que colocou é *“porque é que passou aqui entre os pingos da chuva e o senhor Presidente da Câmara não deu nenhum tipo de destaque a esta informação que menos de um mês?”* -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou o senhor Deputado Óscar Gaspar que esta informação já foi alvo de notícias na comunicação, tal como foi comunicado, na Câmara Municipal nas suas ferramentas, que Vagos não havia ganho o prémio do Município do ano. O senhor Presidente também falou na comunicação social sobre esse tema e quem ganhou o prémio total foi o Município de Guimarães e na mesma categoria que Vagos ganhou o Município da Figueira da Foz. Em sede de Reunião de Câmara também foi dada nota da aprovação deste financiamento. Não foram aprovados os dois milhões e seiscentos euros porque quase tudo foi considerado ilegível e, depois, também há coisas no projeto de execução que se podem fazer ou não. Portanto, este montante era o desejável mas tendo em conta que havia trinta milhões de euros para a Região de Centro, entretanto houve um reforço por parte do Governo de cerca de dez milhões de euros, este valor até foi um excelente resultado. Dos cem Municípios da Região Centro trinta foram contemplados e Vagos teve a sorte de ser um deles precisamente pelas boas provas que o Parque Empresarial de Soza já tem dado, tendo sido este um fator essencial na avaliação da candidatura. Quanto à questão do Martins & Rebelo e da limpeza do espaço esse até foi um caso um pouco diferente porque esta propriedade pertence a diversos organismos do Estado que após vários contactos informaram que não tinham capacidade para limpar e solicitaram à Câmara que o fizesse que depois ressarciam o valor gasto. Em relação à questão da execução orçamental como se sabe os Municípios estão obrigados a cumprir uma regra e tanto quanto é do conhecimento o Município de Vagos nunca foi penalizado relativamente a esse fator. Obviamente, o ideal seria ter sempre execuções acima dos 85%. O Município só pode não ter dois anos consecutivos a não ter esse nível de execução e, portanto, o objetivo é sempre os melhores níveis de execução que se possa. Se a questão vinda do lado do PS é legítima, também o é do lado do CDS, e no caso concreto do senhor Deputado Jorge Pereira que não estava cá nessa altura, mas já houve aqui execuções, no tempo de executivos do CDS, de 20% e de facto é uma transformação dos oito para o oitenta. Nesses anos, nesta altura, estar-se-ia com uma execução para aí de 5%. Mas esses anos já lá vão e não se quer nem se pode repetir esses anos o que se quer e deve é trabalhar e contribuir para melhorar estes níveis de execução. Obviamente que nem todos os meses do ano tem o mesmo grau de execução e nem todos os trimestres tem o mesmo grau de execução. Há trimestres

melhores do ponto de vista da receita que implicarão melhores trimestres do ponto de vista da despesa, porque implicarão mais execução orçamental e, portanto, o senhor Presidente acredita que até ao final do ano será possível colocar estes números nos números necessários para cumprir os limites que têm de ser cumpridos, que derivam do cumprimento da Lei das Finanças Locais. Quanto à questão dos números que o senhor Jorge Pereira colocou, relativamente ao aumento da dívida a fornecedores e empreiteiros, pode observar-se que relativamente à última informação o resumo diário de tesouraria é muito maior do que na última informação, o que quer dizer que depois de encaixado este cerca de um milhão e sete mil euros, depois de serem feitos os pagamentos, obviamente, que diminuirá esta dívida a fornecedores e empreiteiros. Na dívida a fornecedores, hoje, está incluída toda a dívida da Câmara Municipal, até os subsídios que são aprovados porque são aprovados com um número de compromisso. Portanto, aqui está de forma muito clara qual é dívida do Município à data de hoje calculada de acordo com a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. A dívida do Município, hoje, é de onze milhões novecentos e quarente e um mil euros e na última sessão era de mais duzentos e cinquenta mil euros, mais coisa menos coisa. Neste período diminuiu-se a dívida da Câmara, apesar deste ligeiro aumento a fornecedores, e bem, em cerca de duzentos e cinquenta mil euros a dívida total da Câmara. Portanto, esse é o número que importa reter. Obviamente que após receber este montante já se poderiam ter efetuado alguns pagamentos. A Câmara Municipal recebe sempre após o dia quinze de cada mês e, portanto, é natural que demore algum tempo a processar alguns pagamentos. Com certeza à data de hoje já está mais regularizada do que está aqui neste documento. Em relação ao processo judicial o senhor Presidente julga que a contraparte é referida no texto e também não tem presente de memória se a ação é contra o empreiteiro e contra a seguradora se é só contra a seguradora. –

----- O senhor Presidente da Mesa informou de que é testemunha no processo e trata-se da empresa Alves Ribeiro um acidente com o camião da empresa Victor Almeida em Santa Catarina, uma empreitada de águas, e a ação é do Município contra o Alves Ribeiro e a respetiva seguradora. Neste momento aguarda-se marcação da audiência de julgamento, tendo em consideração que na última foi dada oportunidade pelo senhor Juiz às partes para chegarem a acordo. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa submeteu a discussão e aprovação o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 03 de agosto de 2017. -----

----- **PONTO DOIS: AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAES DE AÇÃO EDUCATIVA PARA O ANO LETIVO 2017/2018 – CONCURSO PÚBLICO – ABERTURA DE PROCEDIMENTO.** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e informou de que este assunto já foi discutido em sede de Reunião de Câmara e refere-se à contratação de auxiliares de ação educativa para as escolas. Não é da competência da Câmara Municipal contratar pessoal não docente mas entendeu-se, por unanimidade, que se assim não fosse o ano escolar não poderia iniciar por falta de auxiliares de ação educativa, porque as escolas não poderiam funcionar tão bem quanto deveriam. À Assembleia Municipal cumpre aqui autorizar o compromisso plurianual. -----

----- A senhora Deputada Diana Cartaxo pediu para usar da palavra e referiu que sabe que já não é a primeira vez que há este tipo de concurso e grande parte das vezes já o ano escolar começou. Muitas das vezes estas auxiliares são colocadas em novembro ou dezembro. Se o ano escolar começa em setembro convinha que as auxiliares também estivessem disponíveis e aptas nessa altura. Portanto, convém que estas questões sejam agilizadas da melhor forma para que as aulas comecem com as condições necessárias. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou de que apesar desta Assunção de Compromissos Plurianual vir hoje à Assembleia Municipal o procedimento administrativo não parou e o concurso até já está em fase de avaliação de propostas. Portanto, aprovada hoje a Assunção de Compromissos Plurianual já fica tudo pronto para assinar contrato. Ainda não há condição porque tem de se fazer a avaliação das propostas e ainda não se procedeu à adjudicação porque faltava esta aprovação por parte da Assembleia Municipal. Este tipo de contratações começam a ser demasiado recorrentes e abertas que estão as oportunidades hoje de os Municípios voltarem a contratar o que o Município deve fazer no futuro, com um próximo executivo, é abrir um procedimento concursal para colocar estas pessoas nos quadros da Câmara Municipal. Estas são necessidades permanentes e constantes. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o ponto dois da ordem de trabalho tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Do público não houve qualquer intervenção. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que esta é a última sessão deste mandato e, portanto, aproveitou para desejar a todos os candidatos uma boa campanha eleitoral, que sejam capazes de elucidar e mobilizar os eleitores para o ato eleitoral do dia um de outubro de dois mil e dezassete e despedir-se daqueles que não se candidatam, como é o seu caso. Agradeceu a todos a paciência. -----

----- De imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O presidente,** \_\_\_\_\_.